

Artigo Científico

## Iniciativas para Aperfeiçoar a Articulação entre as Esferas Militar e Diplomática: uma Proposta.

(Este artigo é um extrato adaptado para publicação nesta revista do Trabalho de Conclusão do Curso de Política Estratégia e Alta Administração do Exército realizado pelo autor no ano de 2007)

**Rui Cesar Pontes Braga(\*)**

**Orientador: Gerson Silva(\*\*)**

### RESUMO

Os tempos modernos, caracterizados por incertezas, descaminhos e guerras assimétricas, exigem maior aproximação funcional e conhecimento entre a área militar e a carreira diplomática. Os interesses nacionais no campo externo e o destino da Nação brasileira devem pontuar esta integração profissional, criando as condições para o estabelecimento da plena confiança, caso haja necessidade do uso da força armada na defesa da Pátria. O presente trabalho pretende realizar a análise da situação atual de articulação entre os setores, com ênfase para as atividades conduzidas pelo Exército Brasileiro. Iniciando pelo entendimento da percepção sobre defesa e segurança e da situação dos ambientes regional e mundial, nos quais o Brasil se insere, verifica-se a necessidade de atenção às possíveis tensões e a orientação do esforço para o intercâmbio com as nações sul-americanas, em busca de parcerias. Fica patente que o interesse pelo tema é evidenciado, desde os marcos legais e a legislação assemelhada, permitindo que se trace um paralelo das duas carreiras de Estado. A pesquisa permite afirmar que a articulação diplomático-militar existe e possui raízes históricas, continuando a se fazer presente nas oportunidades de intercâmbio com as nações amigas, sendo fundamental para a defesa dos interesses

brasileiros. Assim, o objetivo é buscar e propor alternativas para uma possível reengenharia e aperfeiçoamento da gestão do processo de articulação entre a política exterior e a agenda da segurança nacional. O Brasil dá mostras de bom posicionamento quanto a este tema. Todavia, mais perfeito será o nível de interação se os segmentos, em foco, estiverem em busca da ótima parceria. Aí reside o significado da integração diplomático-militar, para a manutenção da estabilidade nas relações internacionais do País, assegurando a soberania nacional e a integridade territorial. As iniciativas, que visem ao aperfeiçoamento da sua articulação, podem propiciar reflexos para a melhoria do desempenho de comitivas brasileiras no contexto internacional e resultarão em benefícios para a definitiva integração entre a Política Externa e a Política de Defesa do Brasil.

**Palavras-chave:** Relações Internacionais. Diplomacia militar. Proposta.

### RESEÑA

Los tiempos modernos, caracterizados por incertidumbres, descaminos y guerras asimétricas, exigen mayor acercamiento funcional y conocimiento entre el área militar y la carrera diplomática. Los intereses nacionales en el campo externo y el destino de la Nación brasileña deben pontuar esta integración profesional, creando las

(\*)O autor é Coronel da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro, graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), doutorado em Ciências Militares e especializado em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Atualmente serve no Estado-Maior de Exército (EME) – Brasília/DF. (Email: rcpontes82@hotmail.com)

(\*\*)O orientador é Coronel da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro, graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), doutorado em Ciências Militares e especializado em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Atualmente é o chefe do CEE/ECEME. (Email: cavreg@yahoo.com.br; celgerson@eceme.ensino.eb.br)

condiciones para el establecimiento de la confianza completa, en caso de que se tenga necesidad del uso de la fuerza armada en la defensa de la patria. El actual trabajo se propone llevar con el análisis de la situación actual de la articulación entre los sectores, con el énfasis para las actividades conducidas por el Ejército Brasileño (EB). Iniciando por la comprensión de la opinión en defensa y seguridad y de la situación de los ambientes regionales y mundiales, en los cuales el Brasil se insere, se verifica necesidad de la atención a las tensiones posibles y la orientación del esfuerzo para el intercambio con las naciones sudamericanas, en busca de sociedades. Es patente que el interés para el tema está evidenciado, desde las señales legales y la legislación asemejada, permitiendo eso si remonta un paralelo de las dos carreras del Estado. La investigación permite afirmar que existe la articulación diplomático-militar y posee las raíces históricas, continuando se haciendo presente en las ocasiones del intercambio con las naciones amigas, siendo fundamental para la defensa de los intereses brasileños. Así, el objetivo es buscar y considerar las alternativas para una posible re-ingeniería y el perfeccionamiento de la gerencia del proceso del empalme entre la política extranjera y la agenda de la seguridad nacional. El Brasil se da muestras de buena colocación cuánto a este tema. No obstante, más perfecto será el nivel de la interacción si los segmentos, en foco, están en busca de la sociedad excelente. Allí habita el significado de la integración diplomática-militar, para el mantenimiento de la estabilidad en las relaciones internacionales del País, asegurando la soberanía nacional y la integridad territorial. Las iniciativas, que tienen como objetivo al perfeccionamiento de su empalme, pueden proporcionar la mejora del desempeño de comitivas brasileñas en el contexto internacional y darán lugar a las ventajas para la integración definitiva entre la Política Externa y la Política de Defensa del

Brasil.

**Palabras-clave:** Relaciones internacionales. Diplomacia militar. Propuesta.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da História, as disputas entre os grupos humanos, sobretudo por controle de território, foram solucionadas por negociações, pelo uso da força e, com mais frequência, por uma mescla de armas e diplomacia.

Nascia a necessidade de cooperação entre as atividades militares e diplomáticas, com vistas à solução das pendências entre os Estados, ficando evidenciadas a preservação das soberanias, o respeito às integridades territoriais e a defesa dos interesses econômicos.

Segundo CERVO e BUENO (2002), as instituições para lidar com os “Negócios Estrangeiros” e “da Guerra” nasceram juntas, em Portugal, em 1748. Durante considerável parcela de tempo, os assuntos militares e diplomáticos foram tratados numa única pasta, até a sua divisão, em 1822, em Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Secretaria dos Negócios da Guerra.

Ao longo do tempo, a parceria entre essas carreiras tem sido efetiva e amplamente representada, entre outros exemplos, pelas participações do Brasil nas duas Grandes Guerras Mundiais, em operações internacionais de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) e pela existência das Aditâncias Militares junto às Embaixadas nacionais situadas no exterior.

O presente trabalho pretende realizar uma análise da situação atual de articulação entre a área militar e o setor diplomático brasileiros, com ênfase para as atividades conduzidas pelo Exército Brasileiro (EB). Tal empreitada terá por objeto concluir se há viabilidade na apresentação de uma proposta inicial que, após passar por todos os níveis de convencimento no âmbito do EB, contemple

a adoção de iniciativas, que venham a proporcionar mais completa integração e conjugação de esforços, entre o Ministério da Defesa (MD) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), visando à consecução dos objetivos que possam amplificar a projeção brasileira no cenário internacional.

Como hipótese para a pesquisa científica, pressupõe-se que há viabilidade na adoção de iniciativas, visando ao aperfeiçoamento da integração diplomático-militar.

A metodologia seguida foi baseada numa investigação descritiva sobre o processamento atual da conexão entre o setor militar e a área diplomática, de forma a assegurar o necessário e constante entendimento e a permanente articulação entre esses setores.

As pesquisas bibliográfica e documental foram utilizadas na busca da consecução dos objetivos colimados neste trabalho, por meio do estudo de experiências, níveis de integração vivenciados e oportunidades passíveis de aproveitamento para uma maior interação.

A coleta de dados, referente às pesquisas citadas, foi realizada por meio de consultas a livros e trabalhos diversos, além de verificação de teses e dissertações consentâneas, na área militar, na área do MRE e de outras fontes, de conhecimento científico, por intermédio do acesso à *internet*. Fez uso, também, do estudo de documentos ostensivos produzidos pela 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (5ª Sch/EME).

Para atingir as metas pretendidas, após a Introdução, consta a seção na qual é verificado como se dá a inserção do Brasil no contexto internacional, com enfoque, para situar o entendimento acerca do tema, nos conceitos mais importantes, no ambiente mundial, que não pode ser olvidado pelo País no trato das relações internacionais, e no cenário da América do Sul, prioritário para as atividades brasileiras. Fechando esta seção, é

destacada a participação brasileira nos principais foros internacionais.

Em seguida, dirige a atenção para o objeto do tema em si – a integração diplomático-militar –, detalhando o surgimento do interesse pelo assunto, abordado com maior profundidade nos dias atuais, e realçando a situação-problema que dá margem à pesquisa científica em andamento. É citado, também, o embasamento da articulação existente entre as áreas em estudo, iniciando por uma abordagem histórica e, seqüencialmente, numa linha do tempo, até os dados mais recentes.

Na outra seção do trabalho, o foco está voltado para as maneiras pelas quais se pode tentar materializar o aperfeiçoamento da interconexão entre as esferas militar e diplomática. Para isso, são apontadas as principais atividades militares levadas a efeito no campo da diplomacia, onde fica clara a intensa interface entre as carreiras analisadas. Na seqüência, o objetivo é estudar a atual gestão do processo de articulação e apresentar propostas, visando à otimização do mesmo, sob um enfoque gerencial-administrativo.

Ao final do trabalho, são expostas conclusões e enfatizadas propostas que poderão auxiliar planejamentos futuros e contribuir para a adoção de possíveis linhas-de-ação, visando à solução da situação-problema apresentada.

Dessa forma, não se pretende, nem se poderia imaginar, o esgotamento do assunto, considerados a sua amplitude e ineditismo, a sua própria natureza e a possibilidade de existência de outras opiniões que visem ao seu aperfeiçoamento. Almeja-se, apenas, encontrar argumentos para o prosseguimento de possíveis estudos futuros.

Entende o autor que a atualidade, marcada por incertezas, descaminhos e guerras assimétricas, nas quais entram em cena grupos não estatais onde os objetivos estratégicos nem sempre ficam claros, exige

maior aproximação funcional e conhecimento entre as carreiras em foco. Importantes interesses nacionais e o próprio destino da Nação brasileira devem nortear estas conexões profissionais, propiciando condições para o estabelecimento pleno da confiança, caso venha a ocorrer uma eventual necessidade do uso da força armada na defesa dos interesses nacionais.

## 2 O BRASIL E O CONTEXTO INTERNACIONAL

Sun Tzu deixa implícita a posição desvantajosa de um Estado limítrofe de outros que possam unir-se em aliança ofensiva contra ele. Esse óbice era – e ainda é – uma realidade. Como enfrentá-lo? A resposta vem embutida nas instruções que sugere tanto ao Estado central quanto aos periféricos: politicamente. Fazendo uso da Estratégia de Alianças, como já foi assinalado na análise de sua Grande Estratégia: “Em terreno de convergência, devemos nos aliar aos Estados vizinhos.”

(CARDOSO, 2005, p. 151)

### 2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta seção, será enfocada a inserção do Brasil no concerto das nações, iniciando por situar o leitor quanto ao entendimento de segurança e de defesa, tanto nas formas mais abrangentes como na visão militar. Além disso, é interessante voltar a atenção para o cenário mundial na atualidade e as características do entorno regional que envolve o País.

#### 2.1.1 A concepção de segurança e defesa

As relações internacionais entre as nações e, por conseguinte, as suas políticas externa e de defesa, correspondem à sua

sobrevivência, mantendo a paz ou chegando aos conflitos na guerra. Em última análise, significando o estabelecimento de relações políticas, comerciais e, até mesmo, de importância e graus de dependência entre elas.

A respeito, vale verificar o registro a seguir, referenciado ao solo europeu no período pós Santa Aliança, em meados do século XIX, e que passou a servir de referência para todas as nações desde então:

[...] o concerto europeu [...] se guia pelo princípio da composição entre as nações para evitar o confronto armado [...] e pelo princípio do entendimento para expandir interesses europeus nas relações internacionais. A potência colocada a serviço da política [...] (CERVO e BUENO, 2002, p. 20)

Por tratar este trabalho das relações diplomático-militares representativas dos interesses brasileiros em situações diversas, fora do território nacional, e perante organismos de múltipla nacionalidade, parece interessante contextualizar definições importantes que permeiam o tema, assim como fazer o mesmo com relação aos ambientes mundial e regional, nos quais o País está inserido.

Inicialmente, a abordagem visa o termo “segurança”, por estar na base da atividade diplomática, que é voltada primordialmente para a manutenção da paz, e também da missão do estamento militar, orientado para a preservação da soberania nacional e incolumidade territorial, proporcionando tranquilidade aos cidadãos brasileiros.

Uma procura genérica, como no caso de dicionários diversos, mostra que a palavra segurança se relaciona à proteção, guarda ou confiança, de forma abrangente. Fechando o foco, tal conceito está mais voltado para a proteção da nação, sob um ponto de vista mais equidistante, na medida do possível,

entre as visões da área diplomática (mais humanística) e militar (mais realística).

Assim, ALSINA JR (2006), citando os autores BUZAN, WAEVER e DE WILDE, acredita que a definição mais consistente para o construto seja: “Segurança é o movimento que conduz a política além das regras do jogo estabelecidas e enquadra o problema como uma forma especial de política ou acima da política”.

A Política de Defesa Nacional emprega o termo conforme o seguinte entendimento, balizando o entendimento do autor sobre o tema:

Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. (PDN, 2005, p.5)

Os termos segurança e defesa são interdependentes e permitem chegar à explicitação do conceito de “defesa nacional”.

Ora, classicamente, a defesa é um meio de proteção, a capacidade de resistir a um ataque ou uma estrutura de proteção, de forma geral, segundo apanhado de fontes diversas. Da mesma maneira que se fez com o entendimento de segurança, será direcionado o ponto de vista para os interesses nacionais.

Dessa forma, a defesa pode ser entendida como a forma pela qual uma nação se prepara para fazer face às agressões à sua estabilidade, principalmente aquelas vindas de outros países, no caso das relações internacionais. De acordo com esta percepção, ALSINA JR (2006) registra que “o correto [...] seria afirmar que defesa corresponderia à segurança militar externa”.

O enfoque dado pela PDN indica o posicionamento a respeito, ou seja:

Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (PDN, 2005, p. 5)

Então, de acordo com o que precede, a política externa e a política de defesa brasileiras estão intrinsecamente ligadas, cabendo ao Ministério da Defesa (MD) a coordenação das ações necessárias à Defesa Nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional.

Vistas essas definições e entendido o contexto em que se enquadra o presente trabalho, emerge a importância de estudar os cenários mundial e regional, nos quais se insere o Brasil e os seus interesses, quer sejam políticos, militares ou econômicos, entre outros.

### 2.1.2 O ambiente mundial

O mundo hodierno se caracteriza por um quadro de incertezas, no qual as relações internacionais por vezes se baseiam na prepotência, utilizada pelas nações mais desenvolvidas e que possuem avançado estado tecnológico para impor suas decisões, contribuindo para tornar permanente a atual distribuição de riqueza.

JAGUARIBE (2002) registra que “este incipiente século XXI foi conduzido, pelo curso da história, a se tornar o mais decisivo momento da humanidade”, como conclusão de um raciocínio que vê a evolução tecnológica ocorrida ao longo do século XX com “potencial de letalidade” para levar a espécie humana, no limite, à extinção.

Assim, os Estados Unidos da América (EUA), como verdadeiro império

hegemônico nesse quadro de unipolaridade, concorrem para a instalação de uma ordem internacional com características de ambiente desequilibrado e instável. O cenário descrito poderá evoluir para a reedição de épocas passadas, com a formação de novo bi-polarismo, que seria definido pelos EUA, de um lado, e a China, de outro. Aumentando um pouco a complexidade desse exercício de prospectiva, não deve ser desconsiderada a, sempre possível, participação da Rússia, que pode, eventualmente, conduzir o mundo à situação de multipolaridade.

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA adotaram a estratégia de formação de rede de alianças, a qual culminou com a posição de *hegemon* ocupada por esse país, depois do fim da Guerra Fria. VIDIGAL (2004) afirma que “a *Pax Americana* implicava o compromisso dos EUA de garantir a segurança dos países amigos e aliados [...] recebendo [...] os apoios [...] a manutenção da liderança americana”.

Na atualidade, os EUA têm demonstrado enorme influência junto à ONU, como se viu no caso da recente invasão do Iraque, e apresentado sempre orçamento militar de vulto, o que lhes faculta conduzir operações simultâneas em várias partes do globo terrestre.

Cabe ressaltar o aparente interesse americano no sentido de que as Forças Armadas (FA) de outras nações, particularmente as dos países sul-americanos, passem por uma nova orientação quanto à sua destinação operacional e seus planejamentos estratégicos, privilegiando o combate ao narcotráfico, em detrimento da segurança externa. Como exemplo, ocorreu, recentemente, atividade nessa direção por parte dos representantes dos EUA, durante a última Conferência dos Ministros de Defesa das Américas, conforme registro da 5ª SCh/EME (2007).

Segundo JAGUARIBE (2002), a China vem obtendo, nos últimos 30 anos, um

crescimento econômico anual de aproximadamente 10%, tendo chegado a uma posição de grande destaque entre as maiores economias mundiais. Como vem mantendo este ritmo de crescimento, não está fora de cogitação pensar que chegará, em meados deste século, à situação de superpotência, em condições de equivalência com os EUA.

Além desses atores, despontam no cenário mundial como muito importantes para a política externa brasileira e de particular interesse para o segmento militar, por seu potencial de cooperação e de parcerias estratégicas nas áreas de segurança, defesa, economia e tecnologia, a União Européia, a Rússia, o Japão, a Índia e a África do Sul.

Nesse cenário, convém que seja apontada a existência de novas formas de ameaça aos Estados, tipificadas na ação do crime organizado, do narcotráfico, de variados crimes transnacionais e do terrorismo internacional. Este último, com fundamento em questões religiosas e étnicas, permeado por nacionalismo exacerbado, parece ser o principal obstáculo à manutenção da paz mundial, desafiando as nações desenvolvidas, mais até do que se julgava ser possível, no campo da segurança e da defesa.

Por outro lado, na formulação da política externa, o Governo Federal busca a inserção do País no contexto internacional, como pode ser constatado na assertiva: “A ênfase da política externa brasileira busca desenvolver uma nova geografia [...] o reforço da posição negociadora do País nos fóruns internacionais”, constante do Programa de Governo para a Política Externa. Assim, entre as ações de destaque nessa área, são citadas: a participação de força militar para atender à ONU, no Haiti; a ação em favor da ratificação do Protocolo de Quioto; e a consolidação da intenção brasileira pela postulação a um assento permanente no Conselho de Segurança das

Nações Unidas (CSNU). (Principais Programas/Ações de destaque do governo na área de política externa e soberania. Disponível em [http://www.presidencia.gov.br/principais\\_programas/politica\\_externa](http://www.presidencia.gov.br/principais_programas/politica_externa), 2007)

APDN (2005) ressalta que “[...] poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce e de energia, cada vez mais escassas”. Nesse sentido, realça a preocupação com a possibilidade de litígios internacionais motivados por questões de fronteiras e alerta para a importância da questão ambiental, possuidora de potencial para atrair interesses mundiais sobre países que desfrutem de posição confortável quanto às reservas naturais, além de uma grande biodiversidade.

Portanto, o quadro mundial, no âmbito político-militar, está marcado pela concentração de poder de forma unipolar, acompanhada do surgimento de crises e tensões. Essa afirmação sugere que há que se acompanhar os interesses internacionais relativos à Amazônia, à água e ao petróleo encontrado na plataforma continental. O Brasil precisa estar atento às possibilidades de pressões e de agressões, surgindo daí a necessidade de uma capacidade militar que, aliada ao papel da diplomacia, possa promover seus interesses e se defender, caso surja a ocasião. A respeito, REBELO (2004) registra: “[...] parto da premissa de que, em sua vertente internacional, a política de defesa nacional tem de apoiar-se em uma política externa prudente e independente”.

### 2.1.3 O ambiente regional

Segundo MONTEIRO (2006), “o Brasil é um país com cinco diferentes regiões naturais internas e de diversificado perfil [...] ao mesmo tempo Amazônico, Atlântico e Platino. [...] o nosso espaço geoestratégico mais importante [...] é a massa continental sul-americana, que inclui, também, o Atlântico Sul”.

A América do Sul, área de interesse prioritária para o Brasil, apresenta, de forma geral, um quadro de tensão social em franco crescimento, de economias estabilizadas, mas em recessão, e de instabilidades políticas localizadas. Mesmo assim, é mister apontar que o entorno estratégico do Brasil tem apresentado características de busca da integração regional, o que pode contribuir para aumentar o grau de confiança entre os países.

O Brasil ocupa uma posição privilegiada, do ponto de vista geopolítico, já que possui fronteiras com dez dos doze países da região. Conforme COSTA (2004), representa “a importância da nossa capacidade de polarização no subcontinente sul-americano”. Sob tal foco, o mesmo autor discorre sobre o aproveitamento da posição brasileira: para o processo de cooperação regional; para o domínio marítimo do Atlântico Sul; e para a obtenção de uma nova posição vinculada ao oceano Pacífico.

Na região, são registradas a expansão da corrupção, o crescimento da influência do crime organizado e do narcotráfico, acarretando problemas para a população urbana, como o avanço da violência. Esses fatores podem potencializar as possíveis divergências de interesses entre as nações. Nesse caso, a pobreza extrema e a fragilidade das instituições democráticas podem colaborar para a eclosão de conflitos que afetem a estabilidade política regional.

Nesse cenário, podem ser citadas questões envolvendo países da área, com reflexos para a temática da defesa, tais como: o atual problema das fábricas de papel entre a Argentina e o Uruguai; a reivindicação venezuelana de posse sobre parte do território fronteiriço da República da Guiana; e antigas pendências territoriais entre Chile e Bolívia. Lembrando sempre a grave situação decorrente da atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), ocasionando um estado de guerra no país vizinho.

Mais recentemente, fica evidente a necessidade de permanente acompanhamento diplomático-militar, no entorno do Brasil, com as seguintes situações, dentre outras: o crescimento do poder militar na Venezuela, com claras demonstrações de rearmamento e aquisições de equipamentos militares; as situações de instabilidade provocadas por atos arbitrários dos governos da Bolívia e do Equador; o crescente mal-estar, observado pelo menos na mídia paraguaia, referente à hidrelétrica de Itaipu, com críticas contundentes ao governo brasileiro; e a preocupação de manutenção do vínculo com brasileiros residentes no exterior, especialmente os chamados “brasiguaios”, no Paraguai, e aqueles que moram na faixa de fronteira com a Bolívia.

Importante verificar uma mudança na doutrina das Forças Armadas argentinas, refletindo preocupação com a questão ambiental, mais especificamente com relação ao controle das reservas de água doce. Conforme GALLO (2007), “Um conflito pela água doce é a mais – e possível – ameaça que o Exército visualiza para a Argentina nas próximas décadas” (tradução livre). Nesse sentido, esse autor cita declaração da Ministra da Defesa daquele país, Nilda Garré, na qual a autoridade afirma que “a possibilidade de conflito com outros Estados pela posse de recursos naturais é altamente provável” (tradução livre).

Segundo o Programa do Governo Federal para a política externa, há destaque orientado para “a prioridade dedicada à América do Sul, que tem acarretado fortalecimento e expansão do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e substancial avanço da integração política, cultural e de infra-estrutura física dos países”. Ainda conforme AMORIM (2003), “Nossa prioridade é indiscutivelmente a América do Sul”.

De acordo com a PDN (2005), em alinhamento com a política exterior, “Como

conseqüência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, o que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais”.

Em síntese, o ambiente sul-americano vive um momento de mudanças e adaptações, com reflexos na atuação dos organismos regionais de integração. Sobre tal situação, CERVO e BUENO (2002) registram: “A descrença na capacidade operativa dos órgãos multilaterais regionais não provocou a retirada do Brasil [...], mas o reforço de iniciativas bilaterais”.

Dessa forma, acompanhando a tendência nacional, as áreas diplomática e militar devem orientar esforço concentrado para o intercâmbio com as nações sul-americanas, de forma articulada, atuante na busca das parcerias e sempre interligadas, visando ao monitoramento e à renovação dos planejamentos estratégicos, na defesa dos interesses brasileiros.

## 2.2 A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NOS PRINCIPAIS FOROS INTERNACIONAIS

A Organização das Nações Unidas (ONU) remonta ao fim da Segunda Guerra Mundial, com seu marco de criação em 1945, nos EUA. Sua precursora foi a Sociedade das Nações, mais conhecida como Liga das Nações. O Brasil possui uma representação diplomática permanente junto às Nações Unidas, que é composta, entre outros organismos, por uma representação militar.

A ONU é dotada de um instrumento para atuar no campo da segurança e da defesa, que é o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), articulador das ações conjuntas dos países-membros.

Como integrante ativo dessa Organização, o Brasil privilegia a atuação das Nações Unidas, “reconhecendo e valorizando”, nas palavras do Chanceler Celso AMORIM (2003), o papel desempenhado em prol da reconstrução

institucional e da paz, além da prestação de assistência humanitária. Hoje em dia, o País vem defendendo a reforma do Conselho de Segurança, órgão de fundamental importância para o funcionamento do sistema da ONU.

Conforme AMORIM (2003), “o seu fortalecimento requer o aperfeiçoamento de seus métodos de trabalho e sua ampliação equitativa [...] contar com países em desenvolvimento entre seus membros permanentes”. Assim, o Brasil lançou a sua candidatura a membro permanente daquele Conselho, empreitada para a qual não conta com o apoio da Argentina e do México, entre outros.

Atualmente, com a existência de ações preventivas e unilaterais por parte dos EUA, a credibilidade e a importância do CSNU são postas em xeque, já que só esse organismo teria a atribuição do uso legal da força, em prol da manutenção da paz e da segurança internacionais, de acordo com a Carta das Nações Unidas. Mesmo as ações da superpotência devem ser baseadas em regras multilaterais e negociadas, de forma democrática, no foro apropriado.

Em seminário promovido pelo MD em 2004, o General Rui Monarca da Silveira, então Subchefe do Estado-Maior do Exército, pronunciou-se da maneira que se segue, e que permanece em consonância com a orientação da Força Terrestre:

O Exército Brasileiro reconhece a importância do fortalecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) e se propõe a colaborar para a manutenção da segurança e da paz mundiais, naquilo que lhe cabe, sempre que solicitado e de acordo com os interesses nacionais e orientação governamental.

O Exército Brasileiro não considera oportunas propostas de organização

de força de segurança supranacional, sendo, todavia, favorável à participação em forças de manutenção da paz ou em missões de observadores militares, sob a tutela de organismos internacionais. (SILVEIRA, 2004, p. 176)

No âmbito regional sul-americano, como já visto neste trabalho, o processo de integração está em curso e deve ser fortalecido por intermédio de iniciativas diversas. Assim, demandam especial atenção: o MERCOSUL e seus problemas recentes, como a entrada da Venezuela no bloco e as crescentes queixas paraguaias e uruguaias; a atuação da Comunidade Andina de Nações; o estreitamento das relações entre os países amazônicos, reunidos em torno da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); a consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul; e a necessária expansão da Comunidade Sul Americana de Nações. No caso desta última, deve avançar sem o surgimento de lideranças de ocasião, defendendo interesses não totalmente claros, mas que vão além dos puros ideais de integração regional. Nesse contexto, não há viabilidade para a criação da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), com os objetivos para os quais tem sido anunciada.

Segundo AMORIM (2003), “No processo de integração do MERCOSUL, o Governo [...] se compromete a fazer sua parte, com vistas à eliminação de barreiras e ao fortalecimento da coesão interna”. Prossegue lembrando que se busca um aprofundamento da aliança estratégica com a Argentina, iniciando pela revitalização do bloco, passando pela consolidação da União Aduaneira e chegando até o Mercado Comum. Afirma o Chanceler brasileiro que, “Em última instância, a integração política demandará a criação de um Parlamento do MERCOSUL”.

Quanto à OTCA, a política exterior oficial do Brasil a identifica como um mecanismo que propicia a coordenação política com as nações da bacia Amazônica. Da mesma forma, funciona como instrumento facilitador da ampliação do intercâmbio nas áreas ambiental, de educação e de saúde.

De acordo com SILVEIRA (2004), existem atividades que podem ser implementadas como parte das ações estratégicas para ampliar a projeção do Brasil no ambiente internacional. Dentre essas, merecem destaque: a aceleração da consolidação do MERCOSUL e, no campo militar, “fortalecer a cooperação no Cone Sul e com os países andinos e integrantes do Pacto Amazônico”.

A moldura vigente nos ambientes mundial e regional parece diminuir de importância as razões que levaram às implementações da Junta Interamericana de Defesa (JID) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Especialistas, como FLORES (2004), acreditam que os fatores que conduziram a esses artifícios para a segurança regional estariam superados. Dessa forma, ainda segundo entendimento do mesmo autor, é fundamental perceber que tratados, como o TIAR, podem estar “sujeitos [...] à tutela hegemônica da potência fiadora de suas validades”, e, na mesma direção, “acabam servindo para condicionar o preparo das Forças Armadas dos contratantes [...] em Guardas-Costas e Gendarmarias, a pretexto de assegurar a tranquilidade regional, cabendo a ela a segurança contra ameaças de maior vulto”.

À luz do que precede, conclui-se, parcialmente, que é vasto o campo de atuação nos principais foros internacionais para a defesa dos interesses brasileiros, consoante a sua posição geoestratégica. Reafirmar a existência de áreas de interseção entre as esferas militar e diplomática, para a execução dessa tarefa, é possível. A corroborar esse

ponto de vista, atenção para a citação de SILVEIRA (2004): “[...] o aparato de defesa deve ser capaz de dissuadir possíveis ameaças e desenvolver [...] capacidade de projetar poder, conciliando [...] e harmonizando a visão político-diplomática com a abordagem militar-operacional”.

### 3 A INTEGRAÇÃO DIPLOMÁTICO - MILITAR

A condução da política externa de um país é fortemente afetada pela natureza e pela estreiteza dos laços entre diplomatas e militares no âmbito da execução. (DUROSELLE, 2000, p. 103)

#### 3.1 O INTERESSE PELO TEMA

Este trabalho está voltado para uma análise das condicionantes que envolvem o tema, desde os marcos legais e legislação assemelhada, as quais permitam traçar um paralelo das duas carreiras de Estado – diplomática e militar – e verificar seus pontos de convergência ou discrepâncias, a fim de apontar alternativas ao problema suscitado.

De início, o tema está relacionado com a Constituição Federal de 1988, a qual delinea os princípios fundamentais norteadores da participação do Brasil nas suas relações internacionais. Serão abordados, ainda, por sua fundamental importância, aspectos da Política Externa em vigor e da Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada pelo Decreto Nº 5484, de 30 de junho de 2005.

No âmbito do Ministério da Defesa, está presente em vários documentos indicadores do papel das FA no campo internacional, com ênfase para a Estratégia Militar de Defesa (EMiD), aprovada em 2006. Fica claro que se trata de documento ainda recente, que está em fase de entendimento e de convencimento de opiniões, apesar da histórica cumplicidade

entre militares e diplomatas no trato da questão. Ao mesmo tempo, sinaliza para a sua importância na atualidade.

A produção literária acadêmica não aborda o tema em si, todavia, é certo que há, no Brasil, alguma disponibilidade de obras sobre a relação dos militares com os civis, especialmente com os diplomatas e demais servidores da carreira das Relações Exteriores.

Dessa forma, emerge o interesse pelo tema, no atual momento de busca por uma maior inserção brasileira no contexto internacional, e pelo problema, como exposto a seguir, com as razões para a execução do presente trabalho.

Como é lícito observar, a necessidade de integração eficiente e eficaz entre essas carreiras de Estado tem objetivos e profundidade muito maiores do que apenas realizar reuniões periódicas “para conhecimento das partes”.

A sua efetividade poderá emprestar força e transparência às posições brasileiras nos ambientes da segurança internacional e regional, nesse particular momento vivido de incertezas e tensões em um contexto de globalização e de proliferação de possíveis ameaças difusas aos interesses nacionais.

Assim, surge a seguinte indagação, foco deste trabalho: é viável a adoção de iniciativas, visando ao aperfeiçoamento da integração diplomático-militar?

Nesse cenário, a investigação proposta pretende abranger os principais tópicos da Política Externa e da Política de Defesa nacionais, voltados para uma maior participação do Brasil nos foros internacionais e que podem ser afetados, positivamente, pelo estímulo da interação entre as carreiras diplomática e militar.

A investigação em curso precisa alcançar três níveis de convencimento para atingir algum resultado prático: 1) no âmbito do Exército Brasileiro, de onde, depois de apreciada pela cadeia de comando, poderá, a critério do Comando da Força, ser

encaminhada a outros escalões; 2) no âmbito do MD, quando seriam consideradas as opiniões das outras duas Forças Singulares, caso a proposta venha a ser encaminhada pelo Comando do Exército, depois dos necessários aperfeiçoamentos; e 3) no nível interministerial, entre o MD e o MRE, se for o caso, para a tomada de decisões operacionais sobre as linhas de ação apresentadas. Portanto, a pesquisa, no estágio em que se encontra terá como alcance apenas os dados e informações obtidos com órgãos da Força Terrestre, especialmente a 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército, além do estudo de documentos e anotação de opiniões diversas acerca do tema. Por esse motivo, estima o autor que o limite da investigação, nesse primeiro momento, deve se restringir, com ênfase, ao âmbito do Comando do Exército.

Como será demonstrado nesta pesquisa, historicamente, as Forças Armadas, integradas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, e, mais recentemente, representadas em conjunto pelo MD, sempre estiveram ao lado do MRE no trato das questões internacionais, nas áreas de defesa e segurança.

Tais atividades são cada vez mais comuns, exigindo permanente diálogo, constante acompanhamento das situações apresentadas e monitoramento efetivo dos assuntos de maior relevância para o Brasil, sob pena de perder o foco nos foros mundiais, em caso de falta de sintonia entre a área militar e a diplomacia, por conta de possíveis opiniões dissonantes e não tratadas com antecedência em reuniões preparatórias.

Dessa forma, o problema aqui exposto está justificado pela necessidade, cada vez mais expressiva, de um conhecimento mais profundo interligando as áreas diplomática e militar.

Esta investigação pretende contribuir com uma descrição dos aspectos que orientam o trabalho dos profissionais encarregados de representar o Brasil nas suas

relações internacionais, especialmente no campo das atividades diplomático-militares.

Portanto, o objetivo é criar a atmosfera da importância fundamental de que se reveste tal assunto, ressaltando a necessidade de uma interação mais viva entre os militares e os diplomatas, operadores dessa área, por meio de iniciativas que aproximem pensamentos e ações. O clima assim criado resultará, certamente, em reflexos bastante positivos para as tomadas de decisão no mais elevado escalão governamental. Nesse contexto, a busca dos Objetivos Nacionais voltados para a defesa e a segurança estaria orientada de forma mais precisa, com evidente repercussão positiva na sociedade brasileira.

Em suma, a identificação dos aspectos mais importantes, pertinentes ao tema-alvo desta pesquisa, poderá proporcionar dados que favoreçam o embasamento de decisões futuras acerca da proposta apresentada.

### 3.2 AS BASES DA INTERAÇÃO

Como já visto, anteriormente, neste trabalho, a interação entre diplomatas e militares possui bases históricas, referenciadas ao fato de que a atividade primordial daqueles – a negociação diplomática – tem por escopo evitar o que se pode identificar como a missão precípua desses, ou seja, a participação na guerra.

Citando LEONARD (1988), que compilou trechos da obra de CLAUSEWITZ, “a guerra não é meramente um ato político, mas também um autêntico instrumento político, uma continuação de negociações políticas, a realização destas por outros meios”. Assim, fica tipificado o caráter intrínseco e inseparável dessas duas carreiras de Estado e das suas atribuições.

O grande mestre SUN TZU, no clássico “A Arte da Guerra”, parece fazer apologia ao trabalho anterior à concretização dos combates, executado com o auxílio da arte diplomático-militar, ao afirmar que “não podemos participar de alianças até estarmos a par dos objetivos dos nossos vizinhos”.

Segundo DUROSELLE (2000), existem vários agentes das relações internacionais; dentre estes, os principais são os diplomatas, encarregados de conduzir as negociações, e os militares, responsáveis por preparar, e, eventualmente, usar a força.

Pode ser citado, em nível mundial, um forte exemplo da necessidade por maior articulação entre militares e diplomatas, na defesa dos interesses estratégicos de uma Nação. Em relato de DUROSELLE (2000), houve na França, por volta de 1936, o descompasso entre a diplomacia e representantes do Ministério da Guerra, em meio ao temor de uma ofensiva que poderia ser levada a efeito por Hitler. Para corrigir tal distorção, foi criado o Conselho Superior da Defesa Nacional, o qual foi transformado, posteriormente, em Comitê Permanente da Defesa Nacional, para permitir uma maior aproximação entre as categorias objeto do presente estudo. Dadas as exigências da época e a efetiva necessidade de conexão sistemática diplomático-militar, tal organismo evoluiu para Comitê de Ligação Semanal, que, ainda assim, tratava de questões menores, concorrendo, conforme o autor citado, para o resultado desastroso em que se viu envolvido o País.

A França teve, por esse período, duas estratégias contraditórias: a do *Quai d'Orsay* (visão diplomática) e a do Exército (olhar voltado para a defesa). Essa falta de coordenação, levada ao absurdo conforme DUROSELLE (2000), explica parcialmente a catástrofe francesa de 1940. Dessa forma, pode ser utilizada como prova histórica da necessidade de total integração entre diplomatas e militares para a consecução dos objetivos nacionais e políticos traçados no mais alto nível governamental de uma nação.

Quanto ao Brasil, como já aludido anteriormente, no período colonial a administração portuguesa visualizou a necessidade dessa coordenação e manteve juntas as gestões “dos Negócios Estrangeiros” e “dos Negócios da Guerra”. A

direção dos Negócios Estrangeiros, separadamente da gestão militar, só veio a ocorrer em maio de 1822, após o desmembramento das duas pastas. (CERVO e BUENO, 2002)

À época da independência, a política externa brasileira já se movia entre zonas de pressão e espaços periféricos, exigindo aproximação com o segmento militar. De acordo com CERVO e BUENO (2002), tais zonas de pressão correspondiam às relações com a Europa e aos delicados e sempre presentes problemas na região da bacia do Prata. Na periferia, ressaltavam como áreas de interesse as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, a possibilidade africana e os primeiros contatos com os outros países hispano-americanos, dentre outras.

Passando pelo período do Império, com suas lutas internas e por demarcações de limites, o interesse da investigação exige destaque para a seguinte citação:

A intervenção contra Oribe e Rosas [...] após a retirada européia do Prata, correspondeu a uma política nacional autônoma, cuidadosamente preparada [...] A estratégia de guerra foi armada da melhor forma, envolvendo a diplomacia, as alianças e a colaboração de homens fortes, como [...] Caxias, no Rio Grande do Sul. (CERVO e BUENO, 2002, p. 114-116)

#### 4 AMPLIANDO A INTEGRAÇÃO DIPLOMÁTICO-MILITAR

Convém, pois, providenciar para que, quando não acreditarem mais, se possa fazê-los crer à força. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido fazer observar por muito tempo suas constituições se estivessem desarmados. [...] E as principais bases que os Estados têm, sejam

novos, velhos ou mistos, são boas leis e boas normas. E como não podem existir boas leis onde não há armas boas, e onde há boas armas convém que existam boas leis [...] (MACHIAVELLI, 1998, p. 47 e 75)

#### 4.1 UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DO PROCESSO

Até este ponto, o leitor teve a oportunidade de acompanhar e refletir a respeito da participação do Brasil no concerto das nações, da sua inserção geoestratégica e do papel fundamental que a diplomacia e o segmento militar têm, pelas diversas ocasiões em que representam a Nação e defendem os seus interesses.

Já foi visto que esses profissionais atuam juntos, desde o Brasil – Colônia, de acordo com a visão estratégica dos colonizadores portugueses. A reforçar essa idéia existe o seguinte registro:

Os diplomatas e os militares são como irmãos siameses, uma vez que o comportamento desses dois importantes atores dará corpo tanto à política externa quanto à política de defesa do País. (MENEZES, 1997, p. 15)

A intensa participação da diplomacia militar, contribuindo para a projeção dos interesses brasileiros e buscando elevar os níveis da integração regional, sempre com o eficiente apoio e a orientação da burocracia do MRE, consoante os ditames da política exterior em vigor, parece mostrar já haver chegado a um nível máximo de articulação.

Todavia, há possibilidade de que existam condições para ampliar essa interconexão setorial, pelo menos em dois aspectos principais: 1) o da mudança de percepção da diplomacia em relação ao estamento militar; e 2) a administração moderna mostra que a gestão dos processos

sempre pode ser aperfeiçoada e os processos de mudança devem ser continuamente estudados, para o aproveitamento das possibilidades.

Então, inicialmente, é importante abordar o aspecto da visão de um setor sobre o outro. Para isso, esse tipo de raciocínio está ancorado em diversos pontos de vista, de épocas diferentes.

Analisando, no passado, o planejamento de uma estratégia para a Defesa Nacional, MENEZES (1997) identificou que “[...] a retórica da diplomacia e da política e o pensamento militar distanciaram-se entre si, excluindo este das suas considerações nas relações internacionais”.

CERVO e BUENO (2002), estudando a situação do “sacrifício da segurança nacional”, observado principalmente nos anos 1990, registraram:

A política exterior do Brasil desqualificou a força como meio de ação em favor da persuasão. O país abandonou a tendência iniciada nos anos 1970, em termos políticos [...] Reforçou seu pacifismo [...] aplicou a mesma visão multilateralista no trato das questões econômico-comerciais e de segurança. (CERVO e BUENO, 2002, p. 469)

ALSINA JÚNIOR (2006), diplomata de carreira, ao debruçar-se sobre a formulação da Política de Defesa Nacional, afirma:

Em última análise, a política externa brasileira não considerava (e ainda não considera) a política de defesa como um instrumento significativo para a consecução dos interesses nacionais no plano externo – o que restringiria a margem de manobra do País unicamente ao leito

diplomático. Esse fato seria responsável por uma certa alienação conceitual entre a política externa e as questões de defesa. (ALSINA JR, 2006, p. 114)

Portanto, no final do século passado, num contexto profundo que foge dos limites impostos a este trabalho, ficou patente o alargamento da distância entre os “irmãos siameses”. Restou caracterizado um certo desprestígio para as questões de segurança e de defesa e ficou ameaçada a necessária uniformidade da política externa brasileira, não chegando a tipificar a existência de verdadeiros antagonismos, mas também não permitindo visualizar coincidências insofismáveis.

Entretanto, os tempos são outros. Diplomatas e militares possuem os mesmos anseios nacionalistas, a PDN está em absoluta conformidade com a Política Externa Brasileira em vigor, então a proposta deste autor é seguir intensificando a aproximação, maximizando o conhecimento mútuo e trabalhar juntos, pelo Brasil, preparando e atuando nos foros internacionais.

O segundo ponto trata da gestão de processos, sob um enfoque administrativo, considerada a integração, das burocracias diplomática e militar, como um processo da Administração Pública, representativa do esforço conjunto de dois dos mais importantes Ministérios, integrantes do Governo Federal.

De acordo com COSTA (2007), “o desenvolvimento contínuo da capacidade de perceber mudanças é o primeiro passo da metodologia de análise da modelagem organizacional”. Nesse contexto, esta pesquisa ressalta a assertiva a seguir:

A modelagem organizacional compreende o conjunto de atividades que permitem entender a natureza do negócio, **perceber as**

**relações de causa e efeito entre as estratégias organizacionais e o ambiente e formular um arranjo viável entre pessoas, processos de trabalho** (grifo nosso) [...] de forma que os clientes e os intervenientes sejam satisfeitos em suas expectativas. (COSTA, 2007, p. 6)

Assim, entre os objetivos deste trabalho, está a comprovação de que podem ser formulados arranjos factíveis, entre os atuais processos da execução da diplomacia militar, para que a interseção entre esses segmentos seja amplificada, no intuito de satisfazer os propósitos de maior aproximação entre as Altas Administrações dos mesmos.

A atual gestão do processo em foco permite perceber, claramente, que tem havido o incremento de algumas práticas gerenciais nas relações diplomático – militares. São destacadas as principais, ou seja: a formação de “alianças estratégicas”, com evidentes vantagens para a dinâmica organizacional; “gestão de pessoas”, pela qualificação de profissionais e busca do entrosamento, permitindo sua participação no processo, das mais variadas formas; e os “processos de trabalho”, ampliando a capacidade de análise e de conscientização, à luz de um pensamento sistêmico. Tudo voltado para a melhor defesa dos interesses internacionais do “grande cliente” que é o Brasil.

Segundo COSTA (2007), “os sistemas fechados não têm ressonância”. Dessa forma, o pensamento sistêmico é aplicável ao caso em questão, pois, na interação militar – diplomática são visíveis as características de complexidade, incerteza e interdependência, as quais permeiam as situações que se apresentam, onde não há controle sobre as variáveis do ambiente exterior e das probabilidades de ameaças à soberania do País, como já visto em outro ponto deste trabalho.

Atualmente, no quadro dessa visão sistêmica, pode ser observada a oportunidade para a adaptação das organizações. A palavra – chave, para as modernas organizações que aprendem, é “interação”, de acordo com COSTA (2007). Justamente o construto, tantas vezes repetido ao longo deste trabalho, que pode pautar o esforço por um maior intercâmbio com o Itamaraty.

Conforme o expressado por ARAÚJO (1982) citado por FRAGA (2007), a modernização é um processo, pelo qual são incorporados novos modelos organizacionais que permitam atingir novos objetivos, de maneira adequada.

Nesse contexto, a mesma autora cita que mudança organizacional passa por uma alteração significativa, “com apoio e supervisão da administração superior”, que venha a atingir, de forma integrada, “os componentes de cunho comportamental, tecnológico e estratégico”.

Ao se pretender adotar uma mudança estratégica, carece atentar para a extrema necessidade de associação à mudança de cultura das organizações. Portanto, qualquer proposta para reforçar a conectividade nas relações da diplomacia militar precisa observar os parâmetros arraigados no dia-a-dia de cada instituição.

Em síntese, o objetivo é buscar, por intermédio de uma possível reengenharia em setores do EB (numa primeira instância, mas o objetivo é que a idéia chegue, pelo canal de comando, ao MD) e quiçá do MRE, atingir o aperfeiçoamento da gestão dos processos, que já possuem um nível de excelência, com base nos fundamentos filosóficos da Qualidade Total.

## 4.2 VISUALIZAÇÃO DAS POSSÍVEIS INICIATIVAS PARA OTIMIZAR O PROCESSO

À luz do que precede, pode ser reafirmada a presença, no Brasil, da interface clara entre o MRE e o MD, particularmente com o EB, no cenário das ações

internacionais, permitindo inferir que há sintonia entre a Política Externa e a Política de Defesa Nacional. Em suma, que o poder militar brasileiro encontra-se pronto para salvaguardar as decisões políticas e os atos da diplomacia nacional.

Para chegar a essa constatação, a pesquisa científica, em curso, valeu-se do rigoroso estudo de casos históricos, de documentos produzidos e outros artifícios, para embasarem, ponto a ponto, as idéias expressas pelo autor. Neste sub-item, entretanto, ancorado nas técnicas de gestão e dos processos de mudança responsáveis, o autor passa a se valer de propostas, que não pretendem esgotar o assunto, pela sua própria complexidade e caráter difuso dos intervenientes, mas que poderiam ensejar estudos futuros, ou, simplesmente, um repensar sobre o tema sensível em foco.

Dessa forma, com o puro intuito colaborador, podem ser apontadas outras iniciativas, além das importantes e eficazes que já estão vigorando, com o objetivo de reforçar e otimizar a histórica conexão entre as esferas diplomática e militar, em campos de ação comuns aos dois segmentos, como será visto adiante.

Inicialmente, a sugestão é de intensificar e ampliar as Reuniões Diplomático – Militares (Reu DipMil) que, no momento, ocorrem apenas uma vez por ano. A realização de duas ou três reuniões anuais poderia ser a dosagem indicada, pela maior efetividade que os encontros e os entendimentos decorrentes passariam a ter, além do atendimento ao princípio da oportunidade, certamente em melhores condições, para várias situações.

Têm sido realizados outros tipos de Reuniões de Trabalho, esporádicos, para suprimir a possível falta de Reu DipMil semestrais ou, na melhor das hipóteses, trimestrais.

Em segundo lugar, há a possibilidade de instituição do cargo de “assessor”. É visualizado o emprego de um oficial como

“Assessor Militar”, lotado em Departamento do MRE, e a sua contrapartida, a designação de um diplomata como “Assessor Diplomático”, trabalhando no Estado-Maior de Defesa do MD. Enquanto essas propostas transitarem apenas no âmbito do EB, esse assessor poderia operar junto à 5ª Subchefia do EME.

O papel do assessor, em cada um dos órgãos, seria basicamente o de permitir maior celeridade no trato das questões relativas à execução das reuniões multi e bilaterais, aos assuntos envolvendo as Aditâncias Militares, à cooperação mútua e integração entre os exércitos das Nações Amigas e os relativos aos intercâmbios diversos, na área militar.

A inspiração para essa sugestão vem, dentre outros fatores, da existência do cargo de Assessor (Conselheiro) Militar junto à Missão Permanente do Brasil na ONU e das Assessorias Parlamentares, das três Forças Armadas e do MD, junto ao Congresso Nacional. Todas certamente criadas para proporcionar um canal técnico e oportunidade ao trato das diversas questões de interesse das Forças e dos órgãos civis.

Em terceiro lugar, considerando que existem as condições para o incremento da opção anterior, no lugar do cargo de assessor, a idéia contemplaria a criação e implantação de uma estrutura, do tipo *pro-tempore*, integrada por diplomatas e militares.

Esse organismo não teria, de início, constituição fixa e poderia funcionar no sistema de rodízio: um semestre a cargo do MD e outro sob a responsabilidade do MRE. No momento, esta pesquisa só contempla a participação do EB, pelos motivos já listados anteriormente, porém, tal estrutura, necessariamente, teria de contar com militares das três FA, para possuir credibilidade e competência para gerir as situações apresentadas.

Nesse caso, as atribuições dessa estrutura poderiam ser aumentadas, em relação ao papel do assessor, e tratariam, praticamente, de todos os assuntos da área

internacional militar, sendo incluídas a participação em Forças de Paz e Forças Multinacionais, aquisição de Material de Emprego Militar (MEM) no exterior e o trato de assuntos de inteligência, terrorismo e outros ilícitos transnacionais.

Como quarta opção, pode ser abordado o aspecto da qualificação das pessoas no campo da educação, por intermédio da realização de cursos que proporcionem maior difusão de conhecimentos doutrinários e “modus operandi” de cada instituição.

Dessa forma, a indicação é no sentido de que deve ser retomada a participação de diplomatas, possuidores do Curso de Altos Estudos, no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), a exemplo do que já ocorreu em passado recente. Independentemente, deve ser mantida a participação nos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG). Assim, também se propõe a participação de oficiais, possuidores do Curso de Comando e Estado-Maior, em cursos de pós-graduação, da matéria Relações Internacionais, ou correlata, a cargo do Instituto Rio Branco ou da Fundação Alexandre de Gusmão, ou mesmo outra, conveniada, sob a orientação do Itamaraty.

Em quinto lugar, a proposta sinaliza para as reuniões de caráter multilateral ou bilateral, das quais o Exército participa. Nessa direção, poderia ser feito convite, ao Itamaraty, para que diplomata(s), ou equipe, acompanhe(m) a execução da CEA, CBEM e RRIM, caso isso já não aconteça.

Tal procedimento aliviaria a participação diplomática nas Conferências Especializadas, mas, para as plenárias, certamente auxiliaria as delegações brasileiras na tomada de posições em defesa dos interesses pátrios, de acordo com a política exterior do País.

Para a sexta alternativa, o alvo é a participação em forças de paz ou multinacionais, se for o caso. Surge a sugestão de estudar a possibilidade para, no caso de Força com efetivo de Batalhão, ou

superior, haja a presença de um diplomata compondo o Estado-Maior da Unidade, como Assessor Diplomático do Comandante.

A adoção dessa medida facilitaria as ligações com as Embaixadas e a execução das tarefas burocrático – diplomáticas necessárias à atuação no estrangeiro, além do ganho evidente para a orientação segura do comandante operacional.

Em sétimo lugar, a proposta para que, em toda Operação Combinada (envolvendo as três Forças), mesmo em situação de adestramento, haja a participação de um diplomata, compondo o Estado-Maior Combinado. Por oportuno, e em reforço à sugestão, pode ser recordado um aspecto doutrinário da execução das Operações Combinadas: em adestramento, o Comando da Força é vinculado diretamente ao Ministro da Defesa e, em situação de conflito real, a ligação de subordinação é feita diretamente com o Presidente da República.

Essa linha de ação, paulatinamente, permitiria o avanço do entrosamento entre os segmentos militar e diplomático, a troca de conhecimentos pessoais e a salutar difusão de dados doutrinários, de um lado e outro, com a possibilidade de auferir ganhos em situações futuras.

Como oitava opção, é apresentada uma idéia que não depende das Forças Armadas, mas poderá render-lhes benefícios concretos, se posta em prática.

Em palestra proferida para o CPEAEx, na cidade de São Paulo – SP, no dia 04 de julho deste ano, durante uma Viagem de Estudos, o Sr Jairo Cândido, Diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador do Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa (COMDEFESA), informou que aquela Federação sugeriu recentemente, ao MRE, a criação de um organismo, no âmbito daquele Ministério, para tratar do comércio internacional de material vinculado à defesa e à segurança, possivelmente um “Departamento de Comércio de Material de

Defesa”.

Dessa forma, seria importante a participação de servidores do MRE, e talvez até militares, nessa área de grande interesse militar, com os seus conhecimentos específicos no setor de aquisições, particularmente quanto às limitações do comércio exterior e possíveis restrições de organismos internacionais quanto à produção e exportação / importação de material de emprego militar.

O COMDEFESA congrega organizações industriais, empresariais e militares envolvidas com o processo de produção e comercialização de insumos, bens e serviços destinados à área de material de defesa. Portanto, caso o Itamaraty venha a criar, ou pelo menos destinar pessoal específico para o setor em destaque, será mais um canal de comunicação, aberto com as Forças Armadas, contribuindo para ampliar a integração diplomático – militar.

O nono pensamento acerca do estreitamento de relações com o MRE, inicialmente por parte do EB, como alvo prioritário desta pesquisa, trata apenas de destacar a importância da intensificação da parceria com o Itamaraty em atividades diversas, tais como as listadas a seguir, segundo registros oficiais da 5ª Sch/EME: a participação de servidores do MRE nos Estágios de Preparação de Adidos Militares; a sistematização do pagamento de militares estrangeiros que integram o contingente brasileiro no Haiti; a destinação de recursos do MRE para ações de caráter internacional, do EB, como a preparação e o envio de militares estrangeiros para atuar no Haiti e a operação de manutenção de veículos blindados paraguaios; e o incremento do intercâmbio educacional, em diversos níveis, de militares bolivianos, paraguaios e uruguaios.

Finalmente, a título de ilustração, mas com o propósito declarado do autor em fazer eco à idéia anteriormente citada, convém realçar uma sugestão ofertada pelo diplomata

João Paulo Soares Alsina Júnior, no âmbito do MRE, constante da sua tese sobre Defesa Nacional, escrita em 2006:

[...] Nesse sentido, poderia ser considerada a criação de um “Departamento de Segurança Internacional (DSI)” que incorporasse todos os assuntos relacionados à segurança [...] Em vista da sensibilidade das questões tratadas pelo DSI, este deveria estar funcionalmente ligado ao mais alto escalão hierárquico do Ministério. (ALSINA JR, 2006, p. 179)

Parcialmente, a conclusão possível é de que, além de intensas e numerosas as atividades militares desenvolvidas no campo da diplomacia, há terreno fértil para a visualização de iniciativas aperfeiçoadoras e modeladoras dos resultados obtidos até aqui, com futuro promissor para otimizar a gestão do processo de relacionamento entre as instituições.

## 5 CONCLUSÃO

O mundo está em constante mutação, produzindo incertezas. A “nova ordem mundial” de hoje poderá estar bastante modificada, em curto espaço de tempo. A única certeza é de que todos os países, inclusive os mais desenvolvidos, não estão imunes aos perigos das guerras, assimétricas ou não.

O Estado não pode perder de vista o ensinamento de ARON (1986), “a relação entre os Estados é uma relação de poder”. Avulta de importância, portanto, a necessidade de equilíbrio e de sintonia perfeita entre o contexto político e a estratégia militar. O ponto de vista militar não pode prevalecer na conformação da política exterior do País, mas não pode ser excluído de tal processo.

Uma boa alternativa para a

situação será a melhor articulação possível entre a política exterior e a agenda de segurança e defesa. O Brasil dá mostras de bom posicionamento quanto a este tema. Todavia, mais perfeito será tal nível de interação se as carreiras, que representam cada um desses segmentos, estiverem, sempre e cada vez mais, em busca da ótima parceria. Aí está todo o significado da integração diplomático – militar para a manutenção da estabilidade nas relações internacionais do País, assegurando a soberania nacional e a integridade territorial.

Na atualidade, a participação em organismos internacionais demonstra ser de grande relevância a exposição, o debate e a defesa dos interesses brasileiros. Assim como o País, o Exército Brasileiro tem buscado intensificar a composição nos órgãos multilaterais e bilaterais, incrementando a projeção dos interesses nacionais. Passível de reforço, neste ponto, a posição brasileira de não considerar oportunas as propostas de estruturação de uma força de segurança transnacional.

Os modernos estudos de gestão pressupõem a busca continuada do aperfeiçoamento das instituições, destas com a sociedade e entre elas mesmas. O processo de mudança, não pela mudança em si, porém, pelo re-estudo de questões tradicionais e por vezes culturais, traz a possibilidade de melhoria e de crescimento da organização, com ênfase nos resultados.

Nesse contexto, a 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército propôs a realização desta pesquisa, inicialmente no âmbito escolar do CPEAEx, contudo com o claro objetivo de surgirem possíveis sugestões, que possam ser encaminhadas futuramente ao Comando do EB para, depois de aperfeiçoadas, passar pelo crivo do Ministério da Defesa e, quem sabe, chegar até ao Ministério das Relações Exteriores, no escopo de aprofundar a interface da dialética da diplomacia com a operacionalidade militar.

Tendo em vista tudo o que precede e a pesquisa científica levada a efeito, com base em dados históricos, suporte legal, obras consagradas e exemplos de outras nações, é possível concluir que há viabilidade na apresentação de propostas que, submetidas aos canais decisórios, no âmbito e fora da Força Terrestre, contemplem iniciativas diversas, otimizadoras do processo de integração inter-instituições.

Sendo assim, entre outras, são apresentadas com ênfase, como resultado da pesquisa realizada, sugestões de iniciativas, tais como: a) a intensificação das Reuniões da Diplomacia Militar, que possuem o potencial de ressaltar as afinidades de objetivos entre as instituições e enfatizar trabalhos conjuntos na paz e nos conflitos, pela preservação da paz e com o fim de alicerçar a paz regional e mundial; b) a instituição dos cargos de “Assessor Militar” no MRE e de “Assessor Diplomático” no MD, atuando no gerenciamento das questões administrativas, entre um e outro órgão, e facilitando os mais diversos tipos de contatos; e c) a criação de uma estrutura administrativa, sem composição fixa, composta por servidores militares e de chancelaria, para agilizar a implementação das decisões das instâncias superiores dos seus respectivos Ministérios.

Ao longo do trabalho realizado, outras sugestões foram apresentadas, sem imaginar o esgotamento do assunto, com o fulcro de suscitar estudos posteriores. Mas estas, destacadas neste esboço de síntese, poderiam ter a sua implementação acelerada, após as respectivas consultas aos escalões envolvidos, pela sua presumível simplicidade de adoção, principalmente as duas primeiras.

Não surpreende nenhum estudioso das relações internacionais que as fronteiras brasileiras são permeáveis, para traficantes de armas e de drogas, passando a ser, dessa forma, uma possibilidade aberta

para o terrorismo, que faria uso das mesmas vias de acesso utilizadas por esses ilícitos. Entre nossos vizinhos, existem fortes indícios da instalação de uma corrida armamentista, em meio a ataques fortuitos à plena soberania, pelo menos comercial, do Brasil. A porção da Amazônia, situada em território brasileiro, tem sido alvo da cobiça internacional, comprovada e, às vezes, aberta. Em suma, muito há o que fazer na defesa dos interesses nacionais e existe muito caminho, a ser percorrido por militares e diplomatas, para assegurar a inviolabilidade do Estado nacional soberano. Enfim, espaço e tarefa para a integrada atuação da diplomacia militar.

Não se deve descurar, ainda, da importante tarefa de coordenação do Ministério da Defesa, em relação à participação das Forças Armadas. Assim, a Divisão de Assuntos Internacionais (DAI), da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais (SPEAI), e a ESG, com seu fundamental papel fomentador da pesquisa e do intercâmbio com o pensamento acadêmico, ambas instituições pertencentes ao MD, serão atores principais para a continuidade deste assunto, no âmbito interministerial.

Finalmente, o registro de que a história do País e a própria natureza das carreiras de Estado, abordadas neste trabalho, mostram a relevância e a necessidade de que atuem juntas e harmonicamente, em prol da demonstração consistente dos interesses nacionais nos foros apropriados. Iniciativas, que visem ao aperfeiçoamento da sua articulação, podem propiciar reflexos para a melhoria do desempenho de comitivas brasileiras e resultar em benefícios para a definitiva integração entre a Política Externa e a Política de Defesa do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares.

**Política Externa e Política de Defesa no Brasil: síntese imperfeita.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

AMARAL, Paulo Sérgio Augusto do. **A Conferência dos Exércitos Americanos e as atuais posições do Exército Brasileiro no contexto das Relações Internacionais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. **A Diplomacia do Governo Lula.** Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.dc.mre.gov.br/brasil/page41.asp>>. Acesso em 11 de março de 2007.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil;** promulgada em 5 de outubro de 1988; atualizada até a Emenda Constitucional Nº 53, de 19-12-2006. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 01 jul. 2005. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Principais Programas / Ações de destaque do governo na área de política externa e soberania.** Disponível em <[http://www.presidencia.gov.br/principais\\_programas/politica\\_externa](http://www.presidencia.gov.br/principais_programas/politica_externa)> Acesso em 15 de março de 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança. Vol. 2. **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança /** organizadores J. R. de Almeida Pinto, A. J. Ramalho da Rocha e R. Doring Pinho da Silva. Brasília: MD, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/colecao/brasil.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança. Vol. 1. **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil** / organizadores J. R. de Almeida Pinto, A. J. Ramalho da Rocha e R. Doring Pinho da Silva. Brasília: MD, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/colecao/reflexao.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **História do MD**. 2001. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/historia.htm>> Acesso em 27 de março de 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa**. MD33-M-04. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Militar de Defesa**. MD51-M-03. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Militar de Defesa**. Brasília, 2005.

BRASIL. Exército. **Diretrizes Gerais do Comandante do Exército**. Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/01Instit/CmtEx/Mensagens/diretriz.htm>> Acesso em 08 de março de 2007.

BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Formatação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Rio de Janeiro: ECEME, 2004.

BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Trabalhos Acadêmicos na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2004.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. 5ª Subchefia. **Informações sobre as atividades da Diplomacia Militar do Exército Brasileiro**. Brasília: 5ª Sch/EME, 2007.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. 5ª Subchefia. **Registro de Reunião de Trabalho (Café da Manhã) com o**

**Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: 5ª Sch/EME, 2007.

CARDOSO, Afonso José Sena. **O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**. Tese apresentada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. Disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/cae/Teses>>. Acesso em 20 de março de 2007.

CARDOSO, Alberto Mendes. **Os treze momentos da arte da guerra: uma visão brasileira da obra de Sun Tzu**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CLEARY, Thomas. **A Arte da Guerra/Sun Tzu: os documentos perdidos** / tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 1997.

COSTA, Darc. **O Brasil diante dos desafios internacionais de segurança e defesa**. In: Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança / O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança. Brasília: MD, 2004. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/colecao/brasil.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2007.

COSTA, Marília Magarão. **Gestão de Processos e Modelagem Organizacional** / MBA Executivo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DUROSELLE, Jean Baptiste. **Todo império perecerá** / Jean Baptiste Duroselle; tradução de Ana Lize Spaltemberg. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

FLORES, Mario César. **Uma estratégia para o Brasil**. In: Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança / Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil. Brasília: MD, 2004. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/colecao/reflexao.pdf>>. Acesso em 23 de junho de 2007.

FRAGA, Valdez. **Processos de Mudança** / MBA Executivo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GALLO, Daniel. Preparan al Ejército para defender recursos naturales. **La Nación**, Buenos Aires, Argentina, 25 de fevereiro de 2007. Caderno Política. Disponível em <[http://buscador.lanacion.com.ar/Nota.asp?nota\\_id=886654&high=daniel%525252520gallo](http://buscador.lanacion.com.ar/Nota.asp?nota_id=886654&high=daniel%525252520gallo)> . Acesso em 23 de junho de 2007.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. Rio de Janeiro, 1995.

HERZER, Roger Hamilton. **As relações entre civis e militares com o advento do Ministério da Defesa e da Política de Defesa Nacional**: como sensibilizar a sociedade brasileira para os assuntos de Defesa. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares** / Samuel P. Huntington; tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JAGUARIBE, Hélio. **O Brasil ante o Século XXI**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em <[http://www.ica.usp.br/ica/artigos/jaguaribe\\_seculo21.pdf](http://www.ica.usp.br/ica/artigos/jaguaribe_seculo21.pdf)> . Acesso em 10 de abril de 2007.

LEONARD, Roger Ashley. **Clausewitz: trechos de sua obra** / tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MACHIAVELLI, NICCOLÓ. **O Príncipe** / tradução de Lício Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

MAGALHÃES, Christian Chateau. Diplomacia e Cooperação Militar no âmbito multilateral. **Military Review**, Mar-Abr 2007, p. 73-88. Disponível em <<http://www.usacac.army.mil/CAC/milreview/portuguese/MarApr07/magalhaes.pdf>> . Acesso em 09 de abril de 2007.

MENEZES, Delano Teixeira. **O militar e o**

**diplomata**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

MONTEIRO, Raymundo Guarino. A inserção geoestratégica do Brasil no atual contexto internacional. **Revista Idéias em Destaque**, Nº 21, mai/ago 2006, p. 73, Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. Disponível em <[http://www.incaer.aer.mil.br/Ideias\\_21.pdf](http://www.incaer.aer.mil.br/Ideias_21.pdf)> . Acesso em 11 de março de 2007.

REBELO, Aldo. **A integração da América do Sul como prioridade**. In: Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança / O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança. Brasília: MD, 2004. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/colecao/brasil.pdf>> . Acesso em 19 de junho de 2007.

ROSAS, Ivan Carlos Weber. **As forças de defesa na região e a segurança interna**. Trabalho de conclusão de curso (Curso Superior de Defesa e Segurança Hemisférica-Colégio Interamericano de Defesa / Junta Interamericana de Defesa). Washington, 2004. Disponível em <<http://library.jid.org/en/mono43/Rosas.doc>> . Acesso em 19 de abril de 2007.

SANTOS, Maria Helena de Castro. A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-guerra fria: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 19, Nº 54, p. 115-128, Fev. 2004.

SHINZATO, Luiz Marcos. **O papel do Ministério da Defesa na condução da Política de Defesa Nacional: uma visão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2002.

SILVEIRA, Rui Monarca da. **Segurança e defesa – a visão do Exército Brasileiro**. In: Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança / Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil. Brasília: MD, 2004. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/colecao/reflexao.pdf>> . Acesso em 23 de junho de 2007.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à nova república** / tradução de Adriana Lopez e Ana Luísa Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra** / adaptação de James Clavell; tradução de José Sanz. Rio de Janeiro: Record, 1994.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **O Brasil diante dos desafios internacionais em segurança e defesa**. In: Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança / O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança. Brasília: MD, 2004. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/colecao/brasil.pdf>>. Acesso em 18 de junho de 2007.